

Educação e ensino na província do Rio Grande do Sul no século XIX

Moacyr Floresⁱ

Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, Brasil

1

Resumo

O autor propõe investigar a ideia de educação e de ensino que legitimaram os conceitos liberais no século XIX, quando não havia no Rio Grande do Sul uma instituição que estabelecesse regras de ortografia ou que preparasse professores. A Câmara Municipal era encarregada de fiscalizar o ensino muitas vezes com vereador analfabeto. O texto é construído a partir de anúncios de jornais de Porto Alegre e de Rio Grande, os dois maiores centros urbanos da época. Os anúncios selecionados são transcritos com a ortografia e com erros de quem escreve conforme a pronúncia das palavras.

Palavras-chave: Criação. Educação. Ensino. Instrução. Moral.

Education and teaching in the province of Rio Grande do Sul in the XIX century

Abstract

The author proposes to investigate the idea of education and teaching that legitimized liberal concepts in the XIX century, when there was no institution in Rio Grande do Sul to establish spelling rules or to prepare teachers. The City Council was in charge of supervising education, often with an illiterate councilor. The text is constructed from newspaper advertisements in Porto Alegre and Rio Grande, the two largest urban centers of the time. The selected ads are transcribed with the spelling and errors of those who write according to the pronunciation of the words.

Keywords: Creation. Education. Teaching. Instruction. Moral.

1 Introdução

No século XIX entendia-se como criação os cuidados dispensados pelos pais aos filhos, tanto no físico para a conservação da vida, como na moral para dirigir sua conduta. A palavra educação referia-se ao ato de dar a instrução com método, ilustrar a razão para suavizar os costumes através de princípios mais elevados. Assim o pai e a mãe davam uma boa criação, enquanto os preceptores educavam. Tanto a criação como a educação



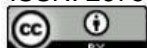
tinham o mesmo fim: a perfeição moral do homem. Um ser humano de má criação era grosseiro e o de má educação era ignorante (FARIA, 1861, p. 1182).

Atualmente a palavra educação é mais abrangente, englobando o que chamavam de criação e o ensino. Caracterizava-se por ser informal, na família, na vizinhança, no teatro, e de ser formal na escola ou na catequese. O povoamento do Rio Grande do Sul se processou a partir de 1725, nos Campos de Viamão. As reformas pombalinas, em 1759, proibiram aulas em colégios de religiosos. Sem impedimento, em 1762, criaram aulas isoladas, atrasando a formação e desenvolvimento do sistema de ensino, atingindo em cheio o Extremo Sul que sofria com o isolamento provocado pela falta de portos ao longo do litoral e pelo regime de correntes marítimas e ventos que dificultavam a entrada na perigosa barra do Rio Grande, mas facilitava a navegação no período de novembro a março.

No século XIX dominava a História nacional, com a exaltação e exemplos de heróis em narrativas didáticas, com maiores preocupações em ensinar a moral e a doutrina cristã.

2 Metodologia

Inicialmente realizei coleta de anúncios de professores de aulas isoladas, em jornais do século XIX. Mantive a grafia dos anúncios que eram pagos, grátis só para os assinantes do periódico, em que se nota a falta de regra ortográfica. A seleção de anúncios realizou-se para identificar as matérias e elementos culturais das aulas isoladas. Numa segunda etapa, complementei a seleção de anúncios de aulas isoladas, em jornais de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, com documentos da época. A escolha de jornais de Porto Alegre justifica-se por ser a capital da província, refletindo diretamente a ação dos governantes. As vilas de Rio Grande e Pelotas eram portos de entrada na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, justificando-se a importância de seus periódicos.



3 Resultados e Discussão

O anticlericalismo pombalino proibiu a criação de conventos e seminários que poderiam proporcionar a educação formal aos jovens na Comandância de São Pedro do Rio Grande. Restavam apenas os professores particulares e a educação realizada principalmente pela mãe. A primeira escola pública surgiu na Aldeia dos Anjos (Gravataí), criada pelo governador José Marcelino de Figueiredo com o objetivo de instruir sobre leis e costumes do Reino aos índios guaranis ali reunidos. Em setembro de 1776, criou-se a Escola de Meninos para educá-los no idioma português e na doutrina cristã, sob a orientação de um padre Mestre.

O governador José Marcelino de Figueiredo estabeleceu as regras gerais: os meninos se levantariam ao nascer do sol, se lavariam, se penteariam, rezariam suas devoções e almoçariam. Seguiriam para escola onde permaneceriam até às onze horas, aprendendo a falar português, a ler, escrever e argumentar; ao meio dia jantariam e depois descansariam até às duas horas da tarde, quando iriam para a escola até às cinco horas. Depois do sol posto, rezariam o terço e suas devoções, por espaço de meia hora cantariam Salve Rainha e o Bendito, depois ceariam e iriam dormir. No verão entrariam na escola às três horas e saíam às seis. Se não houvesse dia santo durante a semana, os meninos teriam um dia de folga e licença para visitarem os pais. Aos sábados assistiriam missa à Nossa Senhora e cantariam ladainhas. Nos domingos, acompanhados do Mestre, seguiriam pelas ruas, até a igreja, cantando o terço. Todos os dias eram nomeados os meninos, que no dia seguinte, ajudariam a cozinhar, por a mesa, varrer o refeitório, a escola e dormitório; lavar a louça e dobrar a roupa. Quem falasse em português, seria castigado (Ordem de 11.8.1777, do governador J. M. Figueiredo).

As meninas índias foram para o Recolhimento de Servas de Maria, a partir de 2.2.1778, onde a professora Rita Gregória Coelho de Mendonça ensinava as recolhidas a falar o idioma português, tecer e costurar roupas para elas, preparando o dote com o ordenado que receberiam anualmente.



Aos poucos os brancos foram chegando à Aldeia dos Anjos e os índios perderam, em curto espaço de tempo, a fazenda de criação de gado, o engenho d'água, o açougue, as lavouras, o colégio e o recolhimento. Em 1801, com a conquista da região missioneira, os guaranis tiveram licença de sair das aldeias e se esparramaram pela província e pela Banda Oriental do Uruguai, como peões, tropeiros e soldados.

Os luso-brasileiros tiveram aulas de matérias isoladas a partir do século XIX.

Antônio José Gonçalves Chaves (1781-1837) registrou que, em 1820, não havia mais de três homens formados, naturais do Rio Grande do Sul e que só quatro meninos estudavam em Coimbra. Existia apenas uma aula de latim em Porto Alegre e nenhuma de Primeiras Letras, paga pelo governo, em toda província. Em 1821 o governo provincial abriu uma aula de Filosofia Racional em Porto Alegre e duas de Latim, uma em Rio Pardo e outra em Rio Grande (CHAVES, 1978, p. 212).

O ensino de Primeiras Letras passou a ser regido pela Lei de 15.10.1827, prevendo que a criança tivesse aulas nas cidades, vilas e povoações, conforme a escolha dos presidentes provinciais. A Lei fixou os ordenados dos professores entre 200\$000 réis e 500\$000 réis por ano, pagos pela província. Os mestres que não estivessem qualificados para o ensino mútuo deveriam instruir-se a curto prazo nas escolas provinciais, à custa dos seus ordenados. As escolas de ensino mútuo ensinavam a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios de moral cristã e da doutrina de religião Católica, Apostólica e Romana, proporcionados à compreensão dos meninos.

Os professores deveriam preferir para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. As meninas receberiam os mesmos ensinamentos dos meninos, com exceção das noções de geometria porque eram consideradas com capacidade mental inferior e as aulas de geometria eram substituídas por “prendas que serviam à economia doméstica”.

A alfabetização era individual, até que o aluno aprendesse a ler e a escrever, só então o professor aceitaria outro aluno. O governo provincial mandou o professor Antônio





Álvares Pereira Coruja ao Rio de Janeiro para aprender o novo método de alfabetização em grupo, chamado de Lancaster. Coruja retornou a Porto Alegre e em 7.9.1828 inaugurou-se aula de ensino mútuo, pelo método Lancaster, numa sala de 120 palmos por 30 de frente, com capacidade para conter comodamente 200 meninos regidos por um professor, no caso o Coruja. Na inauguração estiveram presentes o presidente da província e membros do Conselho Administrativo. (O CONSTITUCIONAL, 10.9.1828, p. 80-81).

A estrutura precária do ensino teve como conseqüência o baixo aproveitamento dos alunos e o fracasso da aplicação do novo método. Voltaram ao velho método de alfabetização individual, com o mestre ensinando as vogais e depois as consoantes, formando sílabas e palavras, conforme o SYLLABARIO PORTUGUEZ ou a ARTE COMPLETA DE ENSINA A LER, Antônio Maria Barker, conforme o exemplo abaixo:

LIÇÃO I

A	e	i	o	u	A-ba
Ba	be	bi	bo	bu	Bi-co
Ca	ce	ci	ço	çu	Ci-sa
Ca,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	co	cu	Co-ça		
Da	de	di	do	duDe-do

Depois de saber ler todas as combinações das consoantes com as vogais, o aluno passaria à Segunda Parte do SYLLABARIO PORTUGUEZ, aprendendo com as palavras do Padre Nosso, do Credo, dos Mandamentos de Deus, da Saudação Angélica (Ave-Maria), Salve Rainha, Mandamentos da Igreja etc. O aluno soletrava, separava as sílabas e depois lia e escrevia a palavra.

O presidente provincial Paulo Gama relatou que os jovens eram obrigados a cursar os preparatórios, que lhes permitiriam ingressar em curso superior, em outras províncias, separando-se dos pais “*na idade em que são precisos os jugos e os cuidados paternais*”.





Graças à precariedade do ensino público, os professores particulares começaram a abrir cursos na própria moradia:

Quem quiser aprender particularmente, por preço modico, geografia, tradução de francez, nautica, arithmethica, algebra, geometria e trigonometria, dirija-se à rua Formosa, casa 46 (O CONSTITUCIONAL, 22.10.1828, p. 138).

Carlos Santiago, Mestre de Lingoas e auctor de algumas obras elementares de francez, arithmethica etc. etc. faz publico que se propoem a ensinar o idioma francez, a caligrafia e arithmethica. Mora em casa de Carlos Fernandes de Quincoze (O NOTICIADOR, 21.2.1833, p. 484).

6

Uma opção de ensino para os meninos pobres surgiu quando o tenente coronel Inspetor do Trem de Guerra (Arsenal), de Porto Alegre, abriu vagas para meninos trabalharem e estudarem na escola de primeiras letras do referido estabelecimento (O CONSTITUCIONAL, 11.3.1829, p. 336).

Os alunos trabalhariam nas oficinas, aprendendo um ofício e receberiam 80 réis por dia. Anteriormente a administração do Trem contratava escravos de terceiros, agora tinha no aluno uma mão de obra barata ou a preço cômodo, como se dizia antigamente.

Na mesma época a professora Leocádia Cândida da Silva ensinava as filhas de famílias ou escravas a ler, escrever, costurar, fazer rendas, bordar filós ou seda em fios de prata e ouro, em sua casa ao pé da Cadeia da Justiça, por 960 réis por mês (O CONSTITUCIONAL, 11.3.1829, p. 336).

O decreto provincial de 19.12.1829 regulamentou a organização das escolas de primeiras letras, que não funcionaram por falta de professores, porque não aceitavam trabalhar por 100\$000 réis por ano, salário insuficiente para viver dignamente, pois conforme Gonçalves Chaves, acima citado, por menos de 400\$000 réis não se acharia professor disposto a ministrar aulas (CHAVES, 1978, p. 212).

Em seu relatório de 1.12.1830, o presidente da província Caetano Maria Lopes Gama informou que as 28 cadeiras propostas ainda não foram aprovadas e nem as escolas para as meninas. Naquelas priscas eras ninguém acreditava na patranha que o magistério era sacerdócio (ROCHE, 1961, p. 79-82).





Em 1831, o presidente Manoel Antônio Galvão relatou que na província havia uma escola de primeiras letras funcionando, a do professor José Viegas, uma de Latim do professor Antônio Coelho da Silva em Rio Pardo; e outra de Geometria do professor José Paiva Magalhães Calvet, ardoroso liberal, em Porto Alegre. O presidente Galvão atribuiu como causas da penúria na instrução pública, o estado constante de guerra com a região platina, a facilidade de subsídios de diferentes indústrias e a vocação especial que requer o magistério. Desde 1772 havia o subsídio literário, imposto de 2\$000 réis sobre cabeça de besta, que deveria ser aplicado no ensino, mas era desviado para outras aplicações governamentais (ROCHE, 1961, p. 79-83).

Criticando a deficiência do ensino público, o jornal *O Vigilante*, comentou que estavam vagas as cadeiras de ensino público de primeiras letras, as de Gramática Latina, em Rio Grande e a de Retórica em Porto Alegre. Não estavam providas as cadeiras de estudos preparatórios de Filosofia Racional e Moral. O redator teceu comentários sobre o fato deplorável de os jovens viajarem para outras cidades, lastimando a sorte dos jovens que, na crise mais perigosa de sua idade, largaram a casa paterna para distante dela viverem em certa liberdade (O VIGILANTE, 7.2.1831, p. 246-47).

Em outro número do mesmo jornal há uma notícia de que as aulas de primeiras letras estão abandonadas, faltando inclusive inspeção da Câmara Municipal (O VIGILANTE, 18.2.1831, p. 258).

Os baixos salários e a própria Guerra Civil afugentavam os homens do ensino público, favorecendo a existência de mestres particulares, como Florisbela Flores da Conceição, que ensinava “ramos da lavoura do sexo”

Florisbella Flores da Conceição faz sciente áquelles chefes de famílias, que se interessarem pela instrucção de suas filhas, que ella se propõe a ensinar Meninas nesta cidade, não só todos os ramos da lavoura do sexo, como também Primeiras Letras, Arithmetica e princípios de Grammatica Nacional; e afiança aos mesmos Chefes de família que ella será encansavel no promover o adiantamento das jovens que lhe confiarem, e vellará sobre sua conducta; todas as ditas pessoas que se quizerem utilizar de seu préstimo queirão dirijir-se á casa da annunciante na Rua Formosa N. 51 para tractarem com a mesma (O MENSAGEIRO, 10.11.1835, p. 12).





A rua Formosa situava-se junto ao portão da cidade de Porto Alegre, que na época era murada. As famílias abonadas moravam nas chácaras nos arredores da cidade, por terem água boa, verduras, frutas, galinhas, porcos e estarem distante do mau cheiro do lixo jogado nas ruas.

Os vereadores eram encarregados da fiscalização do ensino e da seleção de professores através de um exame de conhecimento, de religiosidade e de moral.

Em dezembro de 1832 o presidente Galvão propôs a criação de um liceu onde se ensinassem diferentes matérias, terminando com as aulas isoladas (ROCHE, 1961, p. 79-83). Em 20.4.1835, em sua mensagem aos deputados provinciais, o presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga referiu-se à falta de Escola Normal, que se refletia na qualidade do professorado. Os mestres-escolas não tinham conhecimento ou preparo porque a profissão mal paga não estimulava o aperfeiçoamento e nem despertava interesse entre as pessoas mais capazes (ROCHE, 1961, p. 109).

Na sociedade escravocrata o trabalho braçal e as profissões artesanais eram tarefas de escravos. Os ofícios técnicos só tinham crédito quando executados por estrangeiros. O Partido Liberal arrogava-se o direito de indicar o provimento de cargos públicos na província e, através das lojas maçônicas, facilitar o ingresso dos associados na política, classificando de despotismo quando o governo central não aceitava suas indicações. Ao homem livre, não comprometido politicamente, restava apenas explorar o trabalho escravo, alugando-o a terceiros, conforme os anúncios em jornais liberais e conservadores.

O jornal *O Constitucional* publicou, entre vários pensamentos de ordem política, a imagem pretendida pelos rio-grandenses que dependia da educação e da instrução: “trabalho, instrução, virtudes cívicas e domésticas, benevolência recíproca, eis o que pode distinguir-nos uns dos outros” (O CONSTITUCIONAL, de 9.9.1829, p. 556).

A escola de dança chegou a Porto Alegre em 3.2.1829, quando um professor, que não se identifica, iniciou suas aulas “para toda classe de pessoa decente” das 19 às 22 horas. A escola funcionava à rua da Prisão Militar, no térreo do sobrado do coronel Palmeiro (O CONSTITUCIONAL, 2.5.1829, p. 400).



O jornal O Noticiador, da vila de Rio Grande, publicou na seção “anúncios particulares” a chegada de professor de música:

Augusto Cesar d’Assis, Professor de Muzica, chegado proxicamente a esta Villa, participa ao Respeitavel Publico, que ele propõe-se a dar lições de Muzica, insinuando juntamente a cantar, e tocar pianno, tanto em sua casa, como em casas particulares, por preço commodo. Tambem recebe meninos pobres para os ensinar gratuitamente, com as condições de costume: de pessoas que se quiserem utilizar do seu préstimo, podem dirigir-se as de Jose Gomes Braga, na rua Direita nesta Villa, e, em Jaguarão, a Francisco José Gonçalves da Silva (O NOTICIADOR, 13.11.1832, p. 16).

As danças da época eram a polca, a mazurca, a quadrilha, a gavota e o lundu. Logo em seguida chegou a valsa sensual. Saint-Hilaire, quando visitou Porto Alegre em 1820 queixou-se que não foi convidado para os saraus familiares por mais que tentasse. Só em Pelotas participou de um sarau, pois lá a sociedade era mais cosmopolita, com senhoras que viajaram à Europa. Delfina Benigna da Cunha, poetisa cega, brilhou nos saraus de Rio Grande e do Rio de Janeiro, onde improvisava versos a partir de glosas.

Na Vila de S. Francisco de Paula, vizinha a de Rio Grande, o colégio de propriedade do Sr. Lobo anunciou o novo professor da classe de Música:

José Joaquim Lodi tem a honra de participar ao Publico, que estabeleceu a sua residência na Villa de S. Francisco de Paula, no collegio do Sr. Lobo, como Professor de classe de Muzica vocal e instrumental; e também dá lições particulares de piano forte, e canto: tem a satisfação de anunciar que já tem discípulos, que pelos seus adiantamentos dão provas evidentes do bom methodo e capacidade do annunciante, apezar do seu estado físico. (O NOTICIADOR, 18.3.1833, p. 512).

O jornal não esclarece qual é o estado físico do professor. Há uma preocupação de apresentar as artes como parte do processo civilizatório como anuncia o emigrado espanhol D. Pedro Lázaro em longa crônica e que, sem aparente resposta do público, diminuiu o tamanho de seu anúncio:

D. Pedro Lazaro, Professor de Desenho, Pintura e Miniatura se propõe a ensinar por casas particulares estas Artes, por preço commodo e dando duas lições por dia, segundo o ajuste. (O NOTICIADOR, 26.6.1832, p. 202).



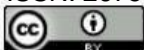
Acredito que o fato de a Vila de Rio Grande possuir o porto de acesso marítimo e ter uma economia comercial tivesse maior interesse em aprender a ler e a escrever, matemática, cartografia e astronomia. Enquanto a vila de S. Francisco de Paula (atual Pelotas), formada por famílias de charqueadores e de criadores de gado, com riquezas e horas de ócio puderam dedicar-se as artes, acolhendo grupos dramáticos e cantores de ópera. É interessante destacar que as companhias operísticas e dramáticas europeias viajavam com seus atores e músicos principais, contratando amadores locais para completar o elenco. Pelotas tornou-se o grande centro cultural da província do Rio Grande do Sul. Também explica por que pequenos centros urbanos, principalmente na fronteira, possuíam teatros com representações de companhias europeias itinerantes, que viajavam de diligência, parando para representações de dramática e de trechos de árias.

Caetano Ricciolini, Mestre de Dança proximamente chegado á Villa de S. Francisco de Paula, faz sciente a todos os Srs. que queirão utelisar-se do seu préstimo, o mesmo se propõem a dar lições, tanto em sua caza, como em casas particulares.

Igualmente Izabel Ricciolini se propõem a dar Escola de Meninas, para ler escrever e custura assim como tambem a Dança. (O NOTICIADOR, 26.2.1835, p. 4).

Na coleção de jornal *O Noticiador*, da Vila de Rio Grande, há vários artigos sobre moral, educação e ordem social. O jornal era de propriedade do boticário Francisco Xavier Ferreira, fundador de loja maçônica e presidente da Sociedade Defensora da Liberdade Nacional, pertencente à corrente liberal republicana moderada que desejava mudanças através de leis, condenando o radicalismo dos farroupilhas. Xavier Ferreira possuía uma biblioteca que colocou à disposição do público. Eleito deputado provincial, foi preso pelas autoridades monárquicas e enviado para a prisão no Rio de Janeiro. Sem formação de culpa e sem julgamento, morreu na prisão.

Devido ao marasmo intelectual na província não havia livraria, as publicações eram vendidas em armazéns e lojas, conforme anúncios de jornais. Na tipografia do jornal *O Constitucional* havia para vender dois dicionários de inglês para português (O CONSTITUCIONAL, de 4.10.1828, p. 118).





Na loja de João dos Santos Castro, à rua da Praia entre o nº 14 e 15, havia para vender Dicionários Latinos e Ingleses, Seletas Latinas, Obras de Virgílio, Artes Latinas, Catecismo de Montpellier e Livros dos Meninos (O CONSTITUCIONAL, de 2.5.1929, p. 400).

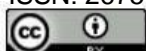
No armazém de Cândido José Ferreira Alvim vendiam-se folhinha de porta e de algibeira, também encadernadas. No anúncio segue uma relação de livros: seletas e dicionários latinos, dicionários franceses de Constâncio, tábuas logarítmicas de Galet, Álgebra e Geometria de Bezont, Atlas Geográficos, Catecismos gramaticais e ortográficos, Rudimentos de aritmética, Dicionário de fábulas, lógica e metafísica de Gennense, Ética de Heinecio, Novo Método, Instrução de Latinidade ou Costumes dos Romanos, Mestre Francês, Simão de Náutica, Gil Brás de Santilhana, Código de Processo Criminal, Gramática do Padre Fortes e ainda novelas muito interessantes. O armazém também vendia papel de peso de superior qualidade e folhas de almaço (RECOPIADOR LIBERAL, 16.9.1835, p. 4).

O jornal *O Mensageiro*, de 17.11.1835, publicou anúncio de venda de instrumentos musicais e de livros:

No armazém de Candido José Ferreira Alvim há para vender cordas de Rabeca e Violão, de superior qualidade e continua-se a vender os livros seguintes: Para o estudo da Latinidade; ditos para Francez; ditos para Geometria; Gramáticas do P. Fortes; ditas por Pereira Coruja; folhinhas para o anno de 1836, e assim mais outros livros. (O MENSAGEIRO, 17.11.1835, p. 20).

Antônio Álvares Pereira Coruja nasceu em Porto Alegre em 1806 e faleceu no Rio de Janeiro em 1889. Estudou na aula de Maria Josefa Pereira Pinto (1775-1837), considerada como a primeira mulher redatora de jornal e que lecionava na em aula com meninas juntas com meninos. No jornal *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833-34), Maria Josefa atacava os liberais radicais (farroupilhas) e defendia o regresso ao Imperador D. Pedro I.

Pereira Coruja estudou com outros professores de matérias isoladas. Em 1831 participou da fundação do Gabinete de Leitura, que abrigava a loja maçônica Filantropia e Liberdade. O Gabinete de Leitura mantinha uma escola de Primeiras Letras e o jornal





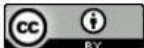
O *Continentino*, redigido pelo major João Manoel de Lima e Silva, irmão do regente Francisco de Lima e Silva e tio de Luís Alves de Lima e Silva, que, mais tarde, recebeu o título de Duque de Caxias.

Candidato a deputado provincial, Pereira Coruja ficou como suplente e foi nomeado secretário da Assembleia, dominada pela maioria liberal, que tramou a Revolução Farroupilha em 20.9.1835, ocupando a capital da província até ser retomada pelos imperiais em junho de 1836, quando Pereira Coruja foi preso e remetido para o Rio de Janeiro, conseguindo a anistia em 1839. Junto com a esposa professora, fundou o liceu Minerva e integrou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

As contínuas guerras contra os platinos desviavam as verbas governamentais que poderiam ser aplicadas no setor da educação e afastavam os rio-grandenses das artes e da instrução. A falta de pessoas preparadas ou instruídas se refletia também no provimento de cargos administrativos. O viajante francês Arsène Isabelle, em 1833, observou que na província a educação era descurada, os rapazes destinados à advocacia, medicina e sacerdócio iam estudar em S. Paulo. Em Porto Alegre existiam apenas escolas primárias. O português Gomes e o belga Gieles instalaram uma escola primária modelar que poderia divulgar o gosto pela instrução, “geralmente afogado por uma paixão desenfreada pelo jogo e pelo deboche” (ISABELLE, 1983, p. 62).

Em 12.9.1835, o jornal *Recopilador Liberal* avaliou com dureza a situação das aulas de primeiras letras, principalmente nas povoações pequenas, onde na sua maioria os professores eram foragidos ou facínoras, néscios, que apenas conheciam os caracteres do alfabeto, viciavam e corrompiam a mocidade. Sabiam educar apenas à força de pancadas. Concluiu que era só o que se podia esperar por alguém que se sujeitava a ordenado anual de 200\$000 ou 150\$000 réis, que não chega para sua subsistência. Por isto há mais escolas particulares do que públicas. O ordenado do professor era baixo, considerando que o aluguel anual de uma casa era de 120\$000 réis. (RECOPIADOR LIBERAL, 12.9.1835, p. 3).

Em 1838, o articulista do jornal *O Artilheiro*, que apoiava os imperiais em Porto Alegre, advertia que a imoralidade e a libertinagem dos filhos têm como causa o abandono





da religião pelos pais. O articulista não diz, mas pode-se deduzir que o racionalismo do redator, questionando o direito divino dos governantes e o conhecimento através da revelação, gerou críticas anticlericais e o afrouxamento dos laços familiares com a religião. Também não podemos esquecer que o Rio Grande do Sul desenvolveu o povoamento luso-brasileiro durante o ministério de Pombal. O artigo do jornal *O Artilheiro* afirma que o amo se queixa dos caixeiros infiéis, mas ao mesmo tempo é um mofador da religião (O ARTILHEIRO, 9.12.1838, p. 1-2). A partir de 1.9.1835 funcionava na rua de Bragança, nº 71, uma escola pública de primeiras letras para meninas (RECOPIADOR LIBERAL, 5.9.1835, p. 4).

Desde o início o governo revolucionário se preocupou com o ensino. O vice-presidente Marciano Pereira Ribeiro oficiou ao coletor de Pelotas que pagasse à professora da aula de meninos a quantia de 11\$120 réis, correspondente ao período de 1.7. a 30.9.1835 (O MENSAGEIRO, 11.12.1835, p. 12).

Em julho de 1838, Antônio Manuel Correia da Câmara solicitava ao ministro da Fazenda da República Rio-grandense, Domingos José de Almeida, que dispensasse Tellier ou Taillier do exame para professor de língua francesa, porque não havia na vila de Piratini quem entendesse o idioma melhor que ele (AHRs-CV nº 3228).

Através de ofício publicado no jornal *O Povo*, a República Rio-grandense também procurou incentivar a educação e a instrução da mocidade, convencida “que só por meio da difusão das luzes e da moral é que podem prosperar e robustecer os Estados”. Determinou às Câmaras de vereadores que instalassem imediatamente escolas provisórias de primeiras letras nas povoações e lugares de seu município. Os candidatos a mestre deveriam conhecer as quatro operações, escrita e leitura, seriam examinados por duas pessoas que conhecessem as matérias. Os ordenados, dada a situação de guerra, seriam arbitrados pelas Câmaras Municipais, adequados às circunstâncias locais (O POVO, 7.11.1838, p. 3).

Em resposta a esse ordenado adequado, na página seguinte o jornal estampa o ofício da Câmara de Alegrete que solicitava ao ministro do Interior e da Fazenda da República Rio-grandense o pagamento por trimestre do ordenado de 800\$000 réis anuais





ao professor Antônio Bento, por falta de outro meio de subsistência. Na mesma página há o ofício de Domingos José de Almeida ordenando a Bento Manuel Ribeiro entregar rações de carne ao professor Joaquim Gomes Viana, da vila Setembrina (Viamão), além dos 30\$000 réis mensais que lhe pagava a coletoria, por serem insuficientes para sua alimentação (O POVO, 7.11.1838, p. 3).

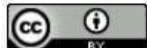
14

Em 1839 o professor de primeiras letras de S. Gabriel foi recrutado como secretário do coronel João Antônio da Silveira, mas o ministro Domingos José de Almeida, lembrando quanto influía nos costumes das nações a instrução e a educação da sua mocidade, pediu que o mestre retornasse à sala de aula ou fosse colocado num outro lugar (AHRs-CV nº 278 e 283).

A Câmara Municipal de S. Borja solicitou pagamento para o professor de primeiras letras ao presidente da República, que arbitrou o ordenado em 600\$000 réis anuais, descontando 15\$000 réis para utensílios de aula. Ao professor de Itaqui fixou 400\$000 réis anuais e 100\$000 réis por conta dos utensílios de aula (AHRs-CV nº 915). Além de receber minguidos salários, nem sempre em dia, o professor ainda arcava com as despesas de aluguel da sala, compra de cartilhas, lousas, penas e cadernos.

Em maio de 1839, o governo republicano encarregou as Câmaras Municipais de enviarem mapas dos alunos que frequentavam as aulas e informações sobre a conduta dos respectivos professores (AHRs-CV nº 1009). Ordenou à Câmara da vila de Piratini que mandasse pagar 200\$000 réis por conta dos atrasados à professora de primeiras letras e que continuasse a receber a mensalidade de 30\$000. A professora Zeferina Amada de Oliveira ensinava a 35 alunos e pagava 10\$000 réis de aluguel pela sala de aula. Pela crônica falta de verba a professora só conseguiu receber um crédito de 80\$000 réis para retirar em fazendas e molhados numa loja de Piratini (AHRs-CV nº 1079, 1130, 1153, 1326).

Em 1839 os alunos debandaram das escolas do governo farroupilha por causa do boato de que as autoridades reuniam os jovens em escolas para melhor recrutá-los para o exército republicano, inclusive os que não tinham idade suficiente. A República





determinou que os jovens matriculados estariam isentos do recrutamento para a Primeira Linha, Guarda Nacional ou Serviço Policial (O POVO, 31.7.1839, p. 1-2).

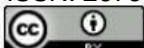
Embora contando com as dificuldades oriundas da Guerra Civil, a secretaria do Interior, em 15.4.1841, nomeou três cidadãos para a comissão dos exames dos alunos da aula pública do professor Luís Carlos de Oliveira, em S. Gabriel (AHRS-CV nº 517).

A República manteve o costume do Império de uma comissão examinar os alunos quando estivessem prontos em determinada matéria. A avaliação era em três categorias: plenamente suficiente, suficiente e não suficiente. Quanto mais aprovações, mais aumentava a fama de bom professor.

No artigo nº. 228, do projeto de Constituição republicana, impressa em Alegrete em 1843, constava que seria “assegurada a instrução primária gratuita a todos os cidadãos e mais Colégios, Academias e Universidades aonde se ensinam as Ciências, Belas Letras e Artes”. Esse plano onírico não se realizou por falta de alunos que tinham medo do recrutamento para o exército farroupilha e por falta de professores que não se sujeitavam a receber ordenado insuficiente.

O medo do recrutamento também atingiu o lado imperial. Em novembro de 1844 o Diretor de Instrução Primária denunciou o recrutamento de estudantes que não tinham idade de lei para o exército. O conde de Caxias, presidente da província e comandante das Armas, ordenou que recrutassem apenas os maiores de 16 anos. (AHRS-CV nº 3733).

O imperador D. Pedro II e sua esposa Dona Teresa Cristina visitou a cidade de Porto Alegre ao término da Guerra Civil dos Farrapos. Em 2.12.1845 distribuiu vários títulos: dama honorária de Palácio, veadores, moço da imperial Câmara, foro de fidalgo cavaleiro, ordem imperial do Cruzeiro e promoções de oficiais do Exército. Os porto-alegrenses pretendiam erguer monumento ao imperador, mas ele, no mesmo dia criou o Colégio para educação de meninas órfãs, com o nome de Santa Teresa, para formar perfeitas mães de família, aplicando o dinheiro coletado para o monumento, no recém-criado estabelecimento de ensino (O COMÉRCIO, 4.12.1845).





A Santa Casa de Misericórdia criou em 1857, o Asilo Santa Leopoldina, sob a tutela de freira austríaca, que entrou em choque com a orientação educacional do padre Joaquim Cacique de Barros. A freira retirou as crianças, mas a polícia deu ordem para retornarem ao asilo. Houve fusão entre o Colégio Santa Teresa com o Asilo Santa Leopoldina, com o nome de Colégio Santa Catarina, que durou até 1865, retornando o nome de Santa Leopoldina.

O conde de Caxias, em sua mensagem à Assembléia provincial, em 1846, analisou a situação caótica em que se encontrava o ensino ao término da Revolução Farroupilha. Das 36 aulas para meninos apenas 12 funcionavam; das 15 aulas para meninas, apenas quatro tinham professoras. Segundo Caxias, os pais desleixavam a educação de seus filhos, principalmente nos locais afastados da capital ou de povoados onde existiam escolas públicas. Era preferível empregá-los em algum serviço doméstico do que mandá-los à escola.

Da instrução secundária, dada sem método e com muita despesa, pouco proveito se tirava. Em Porto Alegre havia uma aula de Gramática Latina de Isidoro J. Lopes, com sete alunos; uma de Filosofia do padre mestre João Santa Bárbara com trinta alunos; uma de Geometria de Belchior Corrêa Câmara com vinte e nove alunos. Em Rio Grande havia uma aula de Latim de Antônio J. Domingues, com cinco alunos e uma de Francês de Timolenon Zalloni com vinte e seis alunos. Em Rio Pardo funcionava uma aula de Latim de José M. de Andrade com oito alunos (FLORES, 1998, p 40).

Considerando que o ordenando anual de cada professor era de 600\$00 réis, insuficiente para viver, mas dispendioso para a província, porque cada aluno custava 40\$000 réis por ano, o conde de Caxias propôs a criação de um Liceu em Porto Alegre que reunisse todas estas aulas num único prédio e mais as de Inglês, Geografia, Astronomia, História, Álgebra, Retórica, Desenho e Música, conforme o Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro. Todas as matérias seriam distribuídas em seis anos. O aluno assistiria aulas das 8 horas ao meio dia e das 14 às 17 horas, com carga horária de 42 horas semanais.

O conde de Caxias evidenciou as falhas da carreira do magistério quando, em sua mensagem aos deputados do Rio Grande do Sul, concluiu com perspicácia:





Não deveis esperar que todas estas cadeiras sejam regidas por hábeis mestres, porque desgraçadamente a pouca importância que entre nós se dá aos instrutores da mocidade, afugenta da nobre carreira do magistério os que a ela se deviam dedicar com vantagem pública; nem a paga é tal que compense o incômodo ou ao menos chegue para os misteres da subsistência. (ROCHE, 1961, p. 159).

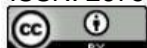
O liceu D. Afonso, criado por lei em 1846, só funcionou plenamente a partir de 1851. Em 1870 foi substituído pelo Ateneu Rio-Grandense, que durou pouco tempo. Em 1869 criaram a Escola Normal para a formação de professores.

A Sociedade do Partenon Literário, fundada em 18.6.1868, em Porto Alegre, manteve aulas noturnas para pobres, libertos e escravos, de 1870 a 1884, e uma Sociedade Abolicionista que representava dramas em teatro com a finalidade de conseguir fundos para comprar alforrias. Em agosto de 1884, mulheres motivadas pela campanha abolicionista criaram comissões nos bairros que percorreram as ruas, batendo de casa em casa para que fossem libertos os escravos. A Câmara Municipal de Porto Alegre, em reunião no dia 7.9.1884, declarou que não havia mais escravos na cidade. Em dezembro, não havia mais escravos na Província do Rio Grande do Sul.

A Sociedade do Partenon Literário publicou uma Revista mensal, com a produção literária de seus sócios, realizou saraus com conferências que terminava com baile. Luciana de Abreu, abandonada na Roda dos Expostos e depois adotada, cursou a Escola Normal e pertenceu ao Partenon Literário, como feminista, republicana e abolicionista, defendendo num sarau que as mulheres não eram inferiores aos homens em inteligência e capacidade de raciocínio, conforme constatou com suas alunas, contrariando o cientificismo da época.

Autodidata, Apolinário Porto Alegre buscou nos livros a ampliação de seus conhecimentos. Seu amigo e correligionário Gaspar Silveira Martins trazia-lhe livros da Europa. Fundou o colégio Porto Alegre, o Colégio Rio-Grandense, que passou a seu irmão Apeles Porto Alegre (FLORES, 1994).

Ao criar o Instituto Brasileiro, em 1876, no beco da Marcela, junto ao Caminho do Meio, numa chácara tida como lugar aprazível e saudável, audaciosamente Apolinário atacava a educação tradicional, reformando os programas de estudo, abolindo o castigo





corporal, meio tirânico que aviltava os mestres e os discípulos, pois o estudo não se impõe, ensina-se. Apolinário encarava a educação sob tríplice aspecto: física, intelectual e moral. Em seu Instituto introduziu a educação física com carreiras, salto, passeios às regiões dos morros de Porto Alegre e natação. Partia do princípio de que "o corpo é instrumento da alma; é por ele que o nosso ser pensante se acha em comunicação direta com o mundo exterior" (FLORES, 1994).

Era realmente uma transformação do ensino numa sociedade conservadora que ainda considerava a palmatória e a vara de marmelo como instrumentos didático-pedagógicos. A mudança no ensino não estava somente no desenvolvimento da força e da higiene, havia também a cultura dos órgãos dos sentidos nas aulas do curso primário com o estudo da geometria prática, desenho e música procurando atingir o princípio adotado na escola: *Mens sana in corpore sano*. Apolinário citou Leibniz em uma de suas cartas a Placcius: "Sempre pensei que reformar-se-ia o gênero humano, reformando-se a educação da mocidade". Criticava as outras escolas que se preocupavam com muitas ilustrações e poucas consciências, nada de caráter nacional, nada de mães de família, nada de homens de bem! Apolinário apontava a educação moral como a salvação da pátria brasileira (FLORES, 1994).

O Império caiu com o surgimento da República, que no Rio Grande do Sul adotou o radicalismo do positivismo heterodoxo, dentro de uma nova ordem que nada tinha do sonho dos republicanos liberais da Sociedade do Partenon Literário. O positivista e ministro da Guerra Benjamin Constant Botelho de Magalhães realizou a primeira reforma do sistema de ensino, com o estudo de ciências físicas e biológicas e moral, usando o método intuitivo e manuais auxiliares.

No Rio Grande do Sul, a Escola Normal foi substituída, a partir de 1901, por Colégios Distritais que realizavam prova de habilitação para quem se considerasse apto a lecionar, formando os práticos licenciados. Começava uma nova era radical na aplicação e mudanças do sistema de ensino, tendo como guia a filosofia de Augusto Comte.

4 Considerações finais





Ação de Pombal, fechando os colégios nos conventos e seminários, sem que os governos provinciais dispusessem de meios para a preparação de professores e de manutenção de escolas, oportunizou a criação de aulas isoladas de professores particulares, que atuaram sem formação adequada.

A fragmentação do ensino e da educação atrasou a criação de universidades e gerou o aumento de uma massa de analfabetos, que na proclamação da República chegava a 70% da população brasileira.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Índios d'Aldeia dos Anjos** – Gravataí – Século XVIII. Porto Alegre: EST, 1990.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecôno-políticas**. Porto Alegre: ERUS, 1978.

COELHO DE SOUZA, José Pereira. A Educação no Rio Grande do Sul. In: **Rio Grande do Sul: Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964, p. 267-288.

FARIA, Eduardo de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1861.

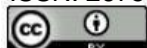
FLORES, Moacyr. Apolinário Porto Alegre, o professor e o político. In FLORES, Hilda Hübner Flores. (Org.). **Vidas e Costumes**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1994, p. 133 a 142.

FLORES, Moacyr. Educação e ensino no período farroupilha. In: RS: **Educação e sua história**. Porto Alegre: EDIPLAT, 1998.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Mulheres na Guerra dos Farrapos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2013.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. (trad. Dante de Laytano). Porto Alegre: Martins, 1983.

LANGER, Protásio Paulo. **A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos**. Porto Alegre: EST, 1997.





MACEDO, Francisco R. de. **O ensino de Primeiras Letras na República Rio-grandense**. Porto Alegre: CODEC, 1988.

PRADO, Áurea. Formação do professor primário no Rio Grande do Sul. *In: Rio Grande do Sul: Terra e Povo*. Porto Alegre: Globo, 1964, p. 227-59.

ROCHE, Jean. **L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847**. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.

20

Jornais:

O Artilheiro, O Comércio, O Continentino, O Mensageiro, O Povo, Recopilador Liberal e O Vigilante encontram-se no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Documentos:

A sigla AHRS-CV assinala os documentos da Coleção Varela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ⁱ **Moacyr Flores**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1346-5216>

Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul

Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - RS, à Academia Rio-grandense de Letras e ao Círculo de Pesquisas Literárias. Professor aposentado da Pontifícia Universidade Católica do RS e da Universidade Federal do RS. Publicou 25 livros de História do Brasil e do Rio Grande do Sul, incluindo dois dicionários. Coordenou a publicação de 52 livros da Série História da EDIPUCRS, de dissertações e teses defendida no Curso de Pós-Graduação.

Contribuição de autoria: Responsável pela pesquisa e escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840126965199017>

E-mail: moacyrflores@gmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Zuleide Fernandes de Queiroz

Como citar este artigo (ABNT):

FLORES, Moacyr. Educação e ensino na província do Rio Grande do Sul no século XIX.

Rev. Pemo, Fortaleza, v. 3, n. 1, e313892, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.3892>

Recebido em 30 de agosto de 2020.

Aceito em 30 de setembro de 2020.

Publicado em 08 de outubro de 2020.

